



VIDA COTIDIANA E O USO DO TEMPO PELAS MULHERES

*Maria Betânia Ávila**

O tempo é um bem escasso na dinâmica da vida social moderna. O que chamamos aqui de tempo é o sistema padronizado de regulação dos períodos de duração de horas, dias e anos etc, que se constitui de fato como uma instituição social. Como nos explica Elias (1998) esse "tempo" do qual falamos e em torno do qual nos organizamos é uma convenção que regula os períodos de duração dos processos.

Neste texto não travei uma discussão sobre a definição do que é o tempo do ponto de vista filosófico, mas vou utilizar o conceito institucionalizado e que se apresenta como um instrumento altamente eficaz de regulação social. "Assim como os relógios e os barcos, o tempo é algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e a tarefas

específicas dos homens. Nos dias atuais, o 'tempo' é um instrumento de orientação indispensável para realizarmos uma multiplicidade de tarefas variadas. Dizer, porém, que é um meio de orientação criado pelo homem traz o risco de levar a crer que ele seria apenas uma invenção humana. E esse 'apenas' traduz nossa decepção diante de uma 'idéia' que não seja o reflexo fiel de nenhuma realidade externa. Ora, o tempo não se reduz a uma 'idéia' que surja do nada, por assim dizer, na cabeça dos indivíduos. Ele é também uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades. O indivíduo, ao crescer, aprende a interpretar os sinais temporais usados em sua sociedade e a orientar sua conduta em função deles. A imagem mnêmica e a representação do tempo num dado indivíduo dependem, pois, do nível de desenvolvimento das instituições sociais que representam o tempo e difundem seu conhecimento, assim como das experiências que o indivíduo tem delas desde a mais tenra idade." (Elias, 1998).

Esclarecer sobre a marcação do tempo, que se materializa no sistema de horário e de calendário, me pareceu importante para pensar sobre o uso desse tempo pelas mulheres e as relações de poder que determinam esse uso. Parto do pressuposto de que em nossa sociedade a utilização desse tempo é definida pelos interesses da acumulação capitalista e do poder patriarcal. É, portanto, um tempo cujo uso está marcado pelas relações de classe e de gênero. Entendo que as exigências oriundas da esfera produtiva e do mercado são um elemento central na organização do tempo que determina a dinâmica da vida cotidiana.

Nesse artigo pretendo desenvolver uma breve reflexão sociológica sobre as mulheres e a organização do tempo social a partir desse contexto de reestruturação produtiva tendo a categoria de gênero como referência, ou melhor, inspiração; dessa forma, não se trata propriamente de uma análise, mas de uma primeira aproximação reflexiva que faço em torno do problema.

O tempo expropriado

* socióloga, pesquisadora e coordenadora geral do SOS Corpo, Instituto Feminista para Democracia.

A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana onde o tempo que conta e que tem valor é aquele empregado na produção, aquele que gera mais valia. O tempo do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção x reprodução. O período dedicado ao descanso, ao lazer, à reposição de energia é aquele que sobra das atividades produtivas. A duração dessa “sobra” é fruto de processos históricos, de transformações nas relações sociais entre capital e trabalho. Não é o mesmo em todo lugar, nem para todos/as trabalhadores/as. Há um tempo assegurado pelos direitos sociais e trabalhistas que regula a duração da jornada de trabalho e define os dias de folga e de férias, mas para se ter acesso a ele é preciso estar legalmente registrado/a como empregado/a, o que constitui um vínculo social que assegura outros direitos e também deveres. Esses períodos liberados da produção são, portanto, um direito de cada trabalhador/a de se reconstituir física e mentalmente.

Onde está, portanto, o tempo para os cuidados necessários para manter a vida da coletividade humana, isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde e o aconchego? Qual o tempo definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições de se auto-cuidar como as crianças, idosos/as e outras pessoas que não têm condições física ou mentais para isso? Esse tempo, que não é percebido como parte da organização social do tempo, é retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas pelas relações de poder de gênero. As mulheres que estão no mercado de trabalho, e hoje constituem – no Brasil e em muitos outros países – uma maioria, produzem um tempo para isso tirado daquele que sobra da sua inserção na produção. É aí que se produz a dupla jornada, onde as tarefas da reprodução são entendidas como não portadoras de valor social.

Se historicamente, na representação social da divisão sexual do trabalho, coube às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as atividades produtivas, na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na da reprodução, enquanto os homens, na sua maioria, se mantiveram – e se mantêm até hoje – apenas na esfera da produção. Atualmente a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal ou informal se expandiu. "Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais

de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado" (Antunes, 2000). No Brasil, segundo o IBGE, 53% das mulheres integram a População Economicamente Ativa - PEA mas apenas 17% estão no mercado formal. Vinte e três por cento estão no setor informal e 12% desempregadas.

Dentro do contexto de reestruturação produtiva há uma flexibilização nas relações de trabalho, que trata-se na verdade de uma precarização nas formas de contrato e das condições de trabalho. Essa precarização é marcada em muitos casos pela quebra do vínculo social que garante o acesso aos direitos trabalhistas. Nessa situação, uma das dimensões que se desestrutura é justamente a definição da jornada de trabalho, produzindo-se assim uma certa barbarização no emprego do tempo para a “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2000). As jornadas tornam-se irregulares e os períodos de férias também. Tudo fica dependendo da correlação de forças ditada pelo mercado na relação entre oferta e demanda de mão-de-obra.

As mulheres formam a categoria preferencial dos empregadores para os contratos de trabalho *part-time*, e para formas de trabalho mais precarizados e isso se deve ao fato de que as mulheres são ainda inseridas no mercado de trabalho em condições mais fragilizadas do que os homens. O trabalho *part-time* também recorre a uma justificativa conservadora quando em muitos contextos, relaciona-se a essa forma de contrato as vantagens para as mulheres em função das obrigações com a esfera reprodutiva.

Como afirma Antunes (2000) “...o capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem da suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são, como vimos, uma construção social sexuada – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração) o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres”.

Esse "atributo herdado" tem sido tão incorporado como definição sobre o agir das mulheres que passa a ser percebido como uma condição natural do feminino que está colocado à condição de ser das mulheres. Se as empresas privadas se apropriam dessa polivalência na esfera da produção, os programas de governo também têm se apropriado disso. Os programas de ajuste estrutural impostos pelo neoliberalismo têm explorado a capacidade de ação das mulheres e o saber acumulado na esfera reprodutiva para implantação de políticas sociais de baixíssimo custo uma vez que essas mulheres ou são sub-remuneradas ou participam desses programas como "voluntárias".

No processo globalizado da reestruturação produtiva o tempo não é liberado pelo emprego das novas tecnologias. Há as pessoas sobrecarregadas e as pessoas "desocupadas" por exclusão do mercado de trabalho. Existem pessoas inseridas em processos de trabalho nos quais não há uma forma de regular o tempo, onde os tempos da produção e da reprodução são perversamente fundidos e as jornadas de trabalho se dão de forma contínua. Isso faz com que o tempo de existência se torne para as pessoas apenas uma seqüência de repetição de tarefas que tira o sentido dessa própria existência. No geral, quando a vida se desenrola tão precária e repetitivamente, parece que não há consciência de que o tempo gasto na repetição é o tempo da própria vida. Nesse sentido, a alienação é um elemento básico do modelo hegemônico de reestruturação produtiva.

Para a "classe que vive do trabalho" (Antunes 2000), o tempo que a tecnologia libera é inteiramente apropriado pelo lucro do capital. No momento em que o tempo parece ser redefinido pela tecnologia no sentido de que os meios tecnológicos revolucionam a duração dos acontecimentos, a escassez de tempo se torna um problema grave para grande parte da população trabalhadora. A jornada de trabalho, para quem tem trabalho remunerado, em muitos casos pode ser tão longa ou maior do que a convencional de oito horas diárias. No que tange ao tempo da reprodução não houve redistribuição e as mulheres continuam, majoritariamente, respondendo por essa esfera. Inseridas no mundo do trabalho remunerado e responsáveis pelo trabalho doméstico elas transitam entre um espaço e outro arcando com

todas as incompatibilidades da divisão do tempo social e sujeitas à desigualdade da divisão sexual do trabalho.

Além das questões materiais que definem freqüentemente as condições de pobreza é importante também incluir a expropriação do tempo como elemento constitutivo da pobreza e da desigualdade social. Como afirma Martins (2000): “A pobreza é pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível. Numa sociedade e num tempo de abundâncias possíveis, inclusive e especialmente abundância de tempo para o desfrute das condições de humanização do homem, em que a necessidade de tempo de trabalho é imensamente menor do que era há um século, uma das grandes pobreza é a pobreza de tempo.”

A reestruturação produtiva em curso é um processo que utiliza toda a possibilidade tecnológica em função de uma maior eficácia no uso do tempo dentro de uma perspectiva contraditória na qual se verifica, como tendência global, a elevação da concentração de renda e conseqüentemente o aumento da pobreza.

O trabalho remunerado é um mecanismo central na construção do modelo de sociabilidade capitalista. Através dos salários são assegurados os recursos financeiros para sustentar a reprodução das pessoas e a reprodução das relações sociais e pessoais de poder e de dependência. Quando alguém não tem um trabalho remunerado para ganhar os meios de sobrevivência, além de ficar destituído materialmente desses meios, fica também fora da dinâmica central da vida cotidiana, cuja cadência do tempo é dada a partir da jornada de trabalho e passa a “não ter o que fazer”.

Quando as pessoas que pertencem à "classe que vive do trabalho" (Antunes, 2000) estão sem uma fonte de remuneração, não têm como usufruir do tempo. Em primeiro lugar são "desintegradas" do ritmo cotidiano, são discriminadas e sem acesso às atividades de lazer e de consumo. Perdem mobilidade, e, o que é mais grave, ficam sem poder aquisitivo para manutenção da própria vida. Passam a ser dependentes, viver em função do que vem da outra pessoa, ou ficam totalmente excluídas. E nessas situações o tempo não lhes pertence

pois não estão em condições de manipulá-lo de acordo com seus desejos e necessidades. Do ponto de vista moral perde a qualificação como sujeito, pois a pessoa passa a ser vista como desqualificada para a vida social. Hoje, no Brasil, uma grande parte da população gasta “seu tempo” em busca de um emprego, e esse é um dos efeitos da reestruturação produtiva. Esse tempo é gasto na tentativa de ser incluído ou re-incluído e é vivido como uma passagem para reintegração na dinâmica “formal” da vida cotidiana.

As mulheres entre a produção e a reprodução

A realização das tarefas relativas à reprodução, entendida aqui como processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos, são contabilizadas como parte de dinâmica natural da vida cotidiana, cuja responsabilidade, como afirmado anteriormente, está a cargo das mulheres. Essa dinâmica, que está implícita na concepção tradicional do feminino associado às mulheres, está questionada e, em algumas situações, alterada, mas não está superada. O trabalho doméstico, base material de sustentação das necessidades cotidianas, é, nessa forma de organização social, inteiramente destituído de valor social. Essa concepção ainda é dominante nas instâncias de poder responsáveis pela produção de políticas públicas e de normas que regulam as relações sociais.

A exploração de gênero e de classe realizada através do trabalho doméstico não tem sido levada em consideração nas análises críticas sobre o capitalismo e as desigualdades geradas e reproduzidas neste sistema. A dicotomia, do ponto de vista analítico, entre produção e reprodução, leva a uma visão que considera indireta a exploração do trabalho doméstico, ou a considera apenas como um substrato das relações na esfera da produção.

Um trabalho considerado sem valor leva a uma situação onde o tempo empregado na sua realização não é medido, não é visível. Para as mulheres a questão do tempo sempre se colocou como algo fora do seu controle. Por tradição, o tempo do trabalho doméstico é elástico, sem limites, sem valor, parte da existência das mulheres. Para as mulheres

trabalhadoras as tarefas domésticas se estendem, pelo menos enquanto preocupação, para seu espaço na esfera produtiva. Um trabalho se realiza sem que a preocupação com o outro desapareça. As mulheres ainda liberam o tempo dos homens para dedicação exclusiva às atividades externas ao espaço doméstico. E entre mulheres, são elas que liberam o tempo das outras para também se dedicarem às atividades não domésticas.

Uma das formas de sujeição das mulheres é a falta de tempo. Nas circunstâncias atuais, quando se reestruturam as formas de produção pelo emprego de novas tecnologias, o que se torna evidente é o desencontro do tempo novo da tecnologia com as velhas formas de organizar o tempo social. Mais que desencontro entre o tempo novo trazido pelas tecnologias e as formas de organizar as jornadas de trabalho, há uma re-apropriação pelo capital do tempo das mulheres que reequaciona o velho e o novo nas formas de uso do tempo.

Por outro lado o desenvolvimento tecnológico também está voltado para uma maior eficácia no uso do tempo empregado para as atividades domésticas. Há uma produção de modelo de vida cotidiana para as mulheres onde o trânsito entre a inserção no mercado e os afazeres da vida doméstica é beneficiado pelas tecnologias de uso doméstico. É comum as propagandas nos meios de comunicação anunciarem os aparelhos eletrodomésticos dando-lhes várias utilidades inclusive a de “liberar tempo” para viver a dupla jornada e ainda conviver com a “família”.

Anunciadas como uma forma de "ganhar tempo" dentro de uma jornada, que é constituída de uma "dupla jornada", o discurso do mercado visa legitimar dessa forma a "falta de tempo" apresentado-a como um modelo do qual não se pode escapar a não ser pelos meios que o próprio mercado oferece para fazer as coisas em um tempo mais curto. Para transformar a jornada em uma multiplicidade de tarefas, todas elas executadas no ritmo da modernidade tecnológica e das oportunidades criadas seletivamente pelo mercado, os meios que liberam o tempo precisam ser comprados. Há um processo permanente de reificação da exploração de classe e de gênero.

São as mulheres que liberam o tempo de outras mulheres. As mulheres de classe média e alta estão apoiadas no trabalho de outras mulheres – que formam a categoria das empregadas domésticas – para se liberarem no seu cotidiano das tarefas domésticas. Quanto às mulheres pobres, estas não têm acesso à alta tecnologia disponível para uso doméstico nem contam com recursos para contratarem outras mulheres. O que se produz neste caso são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada como já foi colocado.

As redes que se formam entre mulheres garantem a inserção delas nos vários espaços da vida social. A cadeia de substituições começa ao amanhecer. Para uma mulher chegar às 8 horas no seu trabalho outra mulher chega à sua casa às 7 horas. Essa, por sua vez, já deixou as crianças às 6 horas da manhã com outra mulher, já produziu a alimentação dos que vivem com ela, e, certamente, limpou e organizou algumas coisas do ambiente doméstico. Nessa cadeia, o dia pode começar às 5 horas da manhã, ou até mais cedo. Em alguns lugares ainda é noite quando a jornada das mulheres começa para movimentar as várias dimensões da vida cotidiana.

A reestruturação produtiva tem levado, também para o interior do espaço doméstico, as tarefas da produção, que geralmente são destituídas de contrato de trabalho formal e de uma regulação do tempo do trabalho produtivo. Estabelece-se dessa forma um ritmo de trabalho no qual o limite é a capacidade física e a necessidade de produzir a renda, em geral determinada por produtividade. As tarefas reprodutivas vão sendo executadas de forma simultânea dentro do mesmo espaço, criando um ciclo perverso e sem limite de tempo entre as duas formas de trabalho.

Questões finais

É importante ressaltar que na divisão sexual e desigual do trabalho estava também contida a interdição das mulheres à esfera pública. As mulheres hoje tendo conquistado a liberdade política, experimentam grandes dificuldades para organizar o tempo necessário para a vida pública em decorrência da dupla jornada. Nestes casos a dupla jornada se constitui em um cerceamento prático da liberdade. Muitas vezes as dificuldades individuais de arcar com as restrições práticas de acesso ao mundo público são percebidas como uma inaptidão das mulheres para a política, essa dificuldade, criada pela própria organização social e percebida como atributo das mulheres, contribui para reprodução da dominação masculina no plano simbólico.

Para as mulheres há uma tensão entre o tempo de "agir" do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida que deve ser cuidada e reproduzida. A falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera do social para a do político. "Nessa adversidade, a questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõe, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade. Uma vida em que, além do mais, tudo parece falso e falsificado, inclusive a esperança, porque só o fastio e o medo parecem autênticos. Na abundância aparente, não estamos realizados – estamos apenas saturados e cansados em face dos poderes que parecem nos privar de uma inteligência histórica do nosso agir cotidiano" (Martins, 2000). É importante ressaltar que o movimento de mulheres sempre buscou formas de organização que possibilitem os meios para a ruptura desses bloqueios.

Como o contexto da dupla jornada é parte da experiência histórica das mulheres é fundamental entender que as mulheres como sujeito da transformação abre novos espaços de conflito criados por esse sujeito que faz a conexão da exploração da esfera produtiva com a exploração da esfera reprodutiva. Neste sentido a participação política das mulheres passa por uma reinvenção da vida cotidiana onde o conflito entre o tempo da produção e o

tempo da reprodução aparece como um conflito imediato na possibilidade de se instituir como sujeito político. O feminismo trouxe a denúncia e a revolta contra uma cotidianidade baseada na repetição, na reclusão e, sobretudo, na falta de autonomia para inventar a vida.

A idéia segundo Martins (2000) "de que cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz" me parece fundamental quando se trata de pensar questões feministas. É justamente contra a idéia de uma cotidianidade ahistórica que o feminismo tem se posicionado como forma de desconstruir as dicotomias e romper com as hierarquias que sustentam a reprodução das desigualdades.

"A vida cotidiana não se mostra, então, como o espaço por excelência da vida alienada, mas, ao contrário, como um campo de disputa entre a alienação e a desalienação" (Antunes, 2000). A reinvenção da vida cotidiana passa pelo conflito entre capital e trabalho, e ao tratar a vida cotidiana sob a ótica das relações de gênero o feminismo introduz um novo conflito nessa reinvenção. Portanto, no método feminista de transformação social, a ruptura da condição de ser heterônimo é sempre, falando em linguagem figurada, uma porta de entrada nos espaços onde se age para transformação do mundo. E os espaços onde se transforma o mundo a partir da entrada das mulheres se multiplicam, se modificam e ganham outras formas e significados. A constituição das mulheres como sujeito está diretamente vinculada à abertura de novos espaços políticos e à apropriação do tempo como ação transformadora.

A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres como teoria e como um problema de pesquisa sociológica, segundo Hirata e Kergoat (2003) emergiu no campo das ciências sociais nos anos 1970. A divisão sexual do trabalho traz para as mulheres uma experiência no uso do tempo marcada pela fragmentação e tensão geradas pelos deslocamentos sucessivos entre os espaços público e privado. Compreendemos que nesse movimento entre os espaços privados e públicos há uma contradição entre emancipação e tradição (conservação das atribuições do feminino). Essa contradição está posta a partir da práxis feminista. Para avançar na compreensão desse movimento, entre práticas sociais da vida cotidiana e práxis política estamos constituindo um projeto de pesquisa no qual o tempo da

cotidianidade, será analisado em conexão com um tempo histórico do feminismo em determinado contexto. Esse projeto se constitui de uma pesquisa empírica, levantamentos documentais e uma pesquisa bibliográfica para a construção de um referencial teórico analítico. Neste momento estamos desenvolvendo esse trabalho de pesquisa bibliográfica e reflexão teórica, a partir das quais esse texto se constrói. O diálogo realizada com mulheres trabalhadoras urbanas e rurais a partir de seminários e cursos constituem também uma base importante de inspiração e informação para a reflexão.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*, São Paulo: Boitempo, 2000.

ELIAS, N. *Sobre o Tempo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A Divisão Sexual do Trabalho Revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

MARTINS, J. S. *A Sociabilidade do Homem Simples*, São Paulo: Hucitec, 2000.